DESAFIOS E FORMAÇÃO CULTURAL DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, EM IGARAPÉ-AÇU (PA)

Ezequiel Santos Miranda Júnior[1]

Universidade do Estado do Pará\ezequiel.sm.junior@aluno.uepa.br/ Maracanã/Pará/Brasil.

Gabriela Estéfany Pinheiro Souza[2]

Universidade do Estado do Pará/gpinheiro6@gmail.com/Igarapé-Açu/Pará/Brasil.

Alcione Santos de Souza[3]

Universidade do Estado do Para/orientadora /alcione.souza@uepa.br/Igarapé-Açu/Pará/Brasil.

Viviane Corrêa Santos[4]

Universidade do Estado do Pará/viviane.santos@uepa.br/Igarapé-Açu/Pará/Brasil.

Jeane Ferreira Lopes[5]

Universidade do Estado do Pará/profjeaneferreira01@gmail.com/Igarapé-Açu/Pará/ Brasil.

RESUMO

O presente estudo aborda a pesquisa desenvolvida durante a atuação como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar, vinculada ao subprojeto "Educação Quilombola nas Escolas: diversidade e interdisciplinaridade na Amazônia". A investigação foi realizada em uma escola multisseriada, com turmas do 4º e 5º anos, localizada na Vila do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará. O objetivo principal foi analisar o processo de formação cultural do professor e os desafios enfrentados no contexto da educação escolar quilombola. A questão-problema que orienta a pesquisa é: como a formação cultural docente impacta a adaptação do currículo à realidade das escolas quilombolas. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica, que fundamentou teoricamente o estudo, e na realização de uma entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, possibilitando compreender, de forma mais próxima, as experiências das participantes envolvidas. A análise centra-se na formação cultural docente e nos desafios da educação escolar quilombola, destacando obstáculos para a efetivação da cultura da comunidade no ambiente escolar, elemento essencial para a valorização e visibilidade desses sujeitos no âmbito educacional. Apresentam-se, ainda, os resultados da entrevista com docentes da escola da comunidade quilombola, que relatam dificuldades para inserir a cultura local no currículo. Conclui-se que é necessária maior atenção das políticas públicas educacionais à formação cultural docente, especialmente na construção de currículos que respeitem e integrem a diversidade cultural quilombola.

Palavras-chave: Formação Docente. Educação Quilombola. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A formação cultural docente é necessária em todos os âmbitos educacionais, sobretudo no que se refere à educação escolar quilombola. É indispensável abordar a valorização étnico-racial com base em conhecimentos prévios e fundamentados; por isso, trabalhar e desenvolver atividades sobre essa temática nas escolas ainda representa um desafio para muitos professores. Este estudo busca discutir os desafios encontrados durante a experiência como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar, cujo subprojeto é "Educação Quilombola nas escolas: diversidade e interdisciplinaridade na Amazônia", desenvolvido em uma escola da comunidade de remanescentes quilombolas da cidade de Igarapé-Açu (PA).

O interesse por apresentar esta pesquisa parte do subprojeto do PIBID Interdisciplinar, com ênfase na temática educação, com o objetivo de analisar a formação cultural docente e os desafios da educação escolar quilombola. A abordagem investigativa iniciou-se na escola anexa EMEF Lauro Alves Ramos, localizada na Vila do Livramento, onde se encontra a Comunidade de Remanescentes Quilombolas, próxima à Vila de São Luís, pertencente ao município de Igarapé-Açu (PA). Embora a escola esteja situada em território quilombola, não segue as diretrizes da educação escolar quilombola.

A escolha da temática "A formação cultural docente e os desafios da educação escolar quilombola: uma experiência vivida na Escola da Comunidade Nossa Senhora do Livramento" justifica-se pela necessidade urgente de refletir sobre de que maneira os aspectos culturais do educador interferem no processo de ensino-aprendizagem em contextos quilombolas.

Diante disso, a problematização desta pesquisa busca analisar quais são os desafios e as perspectivas da formação cultural docente, tendo como questão-problema a seguinte pergunta: quais são os desafios e as perspectivas da formação cultural do professor na educação escolar quilombola? A partir dessa indagação, pretende-se compreender de que forma a ausência de formação continuada afeta a inclusão de práticas pedagógicas voltadas às questões culturais quilombolas, considerando que o desconhecimento sobre a realidade dos quilombos e a escassez de materiais didáticos adequados reforçam a carência de professores preparados para lidar com a diversidade cultural presente nas escolas.

Tem-se como objetivo geral analisar de que maneira a formação cultural docente se relaciona com o ensino de atividades voltadas à educação escolar quilombola. Como objetivos específicos, busca-se identificar as práticas pedagógicas relacionadas ao estudo da temática étnico-racial quilombola e compreender os desafios enfrentados pelo docente que não possui formação cultural continuada.

METODOLOGIA

A construção desta pesquisa abrangeu uma revisão bibliográfica, pois, conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "[…] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Essa etapa foi imprescindível para fundamentar teoricamente o estudo, enriquecendo as análises ao longo do seu desenvolvimento.

Além disso, utilizou-se uma entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados. De acordo com Gil (2007), esse tipo de entrevista é desenvolvido a partir de um roteiro fixo de perguntas, apresentadas na mesma ordem pelo entrevistador, o que garante uniformidade nas respostas e facilita a análise comparativa.

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994) e Minayo (2009), envolve a obtenção de dados descritivos e aprofundados, coletados a partir de diversas fontes, como documentos, observações e interações diretas. Essa abordagem aproxima o pesquisador dos fenômenos investigados e possibilita compreender as experiências e significados atribuídos pelos sujeitos participantes, valorizando suas perspectivas e contextos sociais.

O estudo foi alicerçado em bases teóricas e em dados obtidos por meio da entrevista realizada com uma professora da escola da comunidade quilombola. Esse processo contribuiu para a coleta de informações sobre o tema investigado e possibilitou compreender os principais desafios relacionados à formação cultural dos professores da rede municipal no contexto da educação escolar quilombola.

A análise das respostas permitiu, ainda, identificar dificuldades enfrentadas na execução de práticas pedagógicas voltadas à cultura local, especialmente aquelas associadas a desafios estruturais, pedagógicos e formativos. Assim, o foco principal recaiu sobre a docente entrevistada, cuja participação foi essencial para compreender as barreiras e as possibilidades existentes na inserção da cultura quilombola no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. DESAFIOS ENFRENTADOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

No período colonial, tiveram início os processos de resistência e luta dos povos quilombolas em busca de liberdade. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros quilombos, formados por pessoas negras que fugiam das fazendas e dos engenhos, constituindo territórios de refúgio e resistência à escravidão. Nesses espaços, apesar das adversidades, preservavam-se tradições, culturas e saberes ancestrais que se tornaram pilares da identidade quilombola.

Com o passar dos anos, essas lutas e formas de resistência permaneceram, voltando-se, sobretudo, à conquista e à garantia de direitos, particularmente no campo educacional. Durante muito tempo, o acesso à educação esteve restrito às populações negras e indígenas, o que reforçou desigualdades históricas.

> […] os quilombolas são populações negras rurais (originalmente) que representam a continuidade das lutas e aspirações dos negros no Brasil.” Esses sujeitos são marcados por uma historicidade de resistência ao sistema social, econômico e político do período colonial escravocrata, que resultou na formação de espaços de resistência, denominados Quilombos (Silva *et al.*, 2023, p. 1378).

Na atualidade, em decorrência das lutas e resistências travadas no passado pelos direitos quilombolas, a educação escolar para essas populações configura-se como um espaço de resistência e conquista. No entanto, ainda persistem algumas lacunas nesse processo, visto que, mesmo com pequenos avanços, esses espaços ainda têm suas culturas invisibilizadas. Em relação aos direitos à educação:

> […] a educação escolar quilombola se refere à educação destinada às comunidades remanescentes de Quilombos, que são grupos de pessoas afrodescendentes que se estabeleceram em áreas rurais e preservaram suas tradições culturais e históricas ao longo dos séculos (Soares *et al.*, 2024, p. 2).

Nessa perspectiva, compreende-se que muitos docentes ainda trabalham com currículos elaborados por escolas-sede, os quais são frequentemente reproduzidos de forma padronizada nas escolas anexas. Os conteúdos presentes nesses currículos, em grande parte, baseiam-se em modelos de referência europeus, reforçando uma visão eurocêntrica do conhecimento e

contribuindo para a desvalorização dos saberes locais, sobretudo aqueles oriundos de comunidades quilombolas.

Conforme salientam Gaia *et al.* (2019, p. 42), trata-se de "uma tentativa de subjugar o colonizado e submetê-lo a um dogma branco e eurocentrado que se desenhava no Brasil e era assumido como um projeto de país". Assim, torna-se urgente desconstruir os paradigmas eurocêntricos que ainda permeiam o ensino brasileiro, promovendo uma educação decolonial que possibilite a criação de novas práticas pedagógicas, pautadas na inclusão dos saberes locais e no reconhecimento das identidades culturais como forma de resistência ao colonialismo presente nos currículos nacionais.

Nesse sentido, Munanga (1986, p. 23) afirma que "é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história". Dessa forma, a educação configura-se como o meio pelo qual os povos transmitem sua herança social às próximas gerações, assegurando que sua história e memória permaneçam vivas. No caso dos remanescentes quilombolas, o processo educacional desempenha papel essencial na preservação das tradições, saberes e práticas culturais das comunidades, fortalecendo a memória coletiva e garantindo que suas lutas, conquistas e modos de vida sejam reconhecidos e valorizados como parte indissociável da história do Brasil.

Nesse ínterim, é importante destacar que muitas comunidades quilombolas ainda são tratadas de forma invisibilizada no âmbito dos direitos, especialmente no que diz respeito aos currículos descontextualizados, além de serem silenciadas no que se refere ao eurocentrismo presente no currículo brasileiro. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012, p. 47) ressalta que:

> O PPP das escolas quilombolas e das escolas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas deverá ser uma proposta 'transgressora', que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afrobrasileira e africana no Brasil. Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade (Brasil, 2012, p. 47).

Com base nisso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve apresentar uma proposta transgressora, rompendo com os modelos tradicionais de ensino que ainda persistem, os quais,

em geral, são voltados para escolas da zona urbana. Nesse sentido, o currículo deve promover a transformação e a valorização da identidade quilombola, de modo que a educação nessas comunidades seja desenvolvida de forma crítica.

Nesse contexto, os sujeitos podem usufruir de seus direitos e perceber a valorização de seus saberes locais, como seus modos de vida, nos quais se refletem heranças do passado, a exemplo da prática de retirada de juncos para a confecção de materiais. Segundo Apple (2011, p. 90), é importante que o currículo reconheça "[…] as próprias raízes, na cultura, na história e nos interesses sociais que lhe deram origem".

Desse modo, torna-se necessário refletir sobre a importância de que os conteúdos e as práticas pedagógicas estabeleçam um diálogo efetivo com a identidade dos alunos. É preciso romper com a lógica que ainda privilegia a cultura, a história e os conhecimentos europeus como universais e hegemônicos, para que se valorizem os saberes locais, em especial as culturas indígena e africana, historicamente marginalizadas e desvalorizadas ao longo do processo educacional brasileiro.

2. POLÍTICAS EDUCATIVAS VOLTADAS PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS QUILOMBOLAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO QUILOMBO

Nesse cenário, vale destacar que, entre as populações historicamente excluídas e desfavorecidas, encontram-se os grupos quilombolas. Entre os séculos XVI e XIX, essas comunidades não tinham acesso à educação formal; por essa razão, o processo educativo ocorria de forma ancestral, sendo transmitido por intermédio das vivências, da oralidade e das práticas culturais locais. Acerca disso, Araújo (2024) pondera:

> […] o papel da educação vai além da simples transmissão de conhecimentos: ela se torna uma importante ferramenta de resistência, preservação e fortalecimento da identidade étnica dos educandos, contribuindo para a formação e o desenvolvimento de uma consciência coletiva baseada em suas memórias, saberes, histórias, lutas e raízes ancestrais (Araújo, 2024, p. 5).

Para Munanga e Gomes (2005, p. 133), "é lutando pela legitimação dos valores culturais do povo que a escola poderá perceber toda a riqueza e complexa simbologia que o aluno traz. Sistematizar toda a essência estética da nossa cultura é fugir das armadilhas ideológicas do preconceito e do recalcamento". Nessa perspectiva, evidencia-se a importância do reconhecimento dos valores culturais dos alunos quilombolas no ambiente educacional. Ao valorizar essas identidades, o corpo escolar passa também a reconhecer a relevância dos

processos históricos, dos saberes e das práticas que constituem símbolos da identidade cultural dos quilombos.

Vale destacar que, após um longo processo de luta, a educação quilombola no Brasil foi instituída pela Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito de propriedade aos remanescentes que viviam em terras de quilombos. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reconheceu a Educação Quilombola como uma modalidade da educação básica. É de suma importância ressaltar que todas as leis e diretrizes educacionais existentes no país são fruto de um longo processo de luta e resistência, especialmente protagonizado pelos movimentos negros. Trata-se, portanto, de uma conquista histórica, embora ainda se observe que a educação escolar quilombola permanece distante do que é assegurado nos documentos oficiais.

Nesse sentido, o art. 59 da Resolução nº 08/2012 do CNE/CEB estabelece que "é responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola, tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal". Esse dispositivo reforça que a educação escolar quilombola é um direito garantido e um dever do Estado, devendo assegurar o acesso a professores qualificados, materiais didáticos adequados e infraestrutura de qualidade. No entanto, apesar do respaldo legal, esse direito ainda se mantém, em grande medida, apenas no papel.

No âmbito das políticas públicas voltadas à equidade e à diversidade, destaca-se a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645, que ampliou os dispositivos da Lei nº 10.639/2003, tornando obrigatório, em todas as escolas brasileiras, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Essa ampliação representou um marco importante ao buscar corrigir lacunas históricas da educação nacional e promover o ensino de uma história mais justa, reconhecendo o papel essencial dos povos indígenas e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

É relevante destacar que a Lei nº 11.645/2008 não se limita ao ensino da história, mas também contempla aspectos relacionados às religiões, às lutas, às manifestações culturais e às práticas sociais desses povos. Quando esses conteúdos são efetivamente trabalhados nas escolas, ou seja, quando o professor os incorpora em sua prática pedagógica, crianças e jovens passam a reconhecer-se em suas múltiplas identidades, sejam elas negras, indígenas ou de

outras origens, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

Dessa forma, em relação ao Projeto de Lei nº 2.614/2024, que propõe o novo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecem-se diretrizes relacionadas a objetivos, metas e estratégias para a educação básica, profissional e superior no Brasil, tendo como um dos focos principais a promoção da equidade educacional. Em sua estratégia 8.14, presente no Anexo 8, que trata da educação escolar indígena, da educação do campo e da educação escolar quilombola, há a previsão da formação de professores quilombolas, indígenas e do campo, com valorização da cultura e do território. Com isso, essa estratégia visa garantir professores mais preparados para lidar com a diversidade cultural, capacitados, especialmente, para respeitar e valorizar a cultura de populações historicamente marginalizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida na escola EMEF Lauro Alves Ramos, localizada na Vila do Livramento, pertencente ao município de Igarapé-Açu, com alunos de uma turma multisseriada do 4º e 5º anos. O principal objetivo foi realizar um levantamento, por meio de entrevistas, acerca da formação cultural dos professores e dos desafios enfrentados pela educação escolar quilombola no contexto da escola da comunidade.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista estruturada, composta por perguntas relacionadas à formação da professora responsável pela turma e aos desafios enfrentados ao trabalhar com conteúdos voltados à história e à cultura afro-brasileira. Segundo a professora entrevistada, identificada como professora J., para preservar sua identidade, a primeira questão abordou seu tempo de atuação no magistério, ao que respondeu: “Tenho 25 anos de atuação dentro da escola na comunidade”.

De acordo com Silva (2023, p. 1379), “reconhecer os professores como sujeitos socioculturais significa atribuir-lhes o papel de agente educacional por excelência, participando do processo educacional da mesma forma que os demais sujeitos sociais”. Esse apontamento revela que a professora entrevistada se configura como um desses sujeitos socioculturais, uma vez que carrega parte da historicidade da comunidade, considerando seu tempo de atuação na escola, o que possibilita o desenvolvimento dos conteúdos em consonância com a realidade local. A fim de coletar informações sobre um dos principais objetivos da pesquisa, questionamos a respeito da formação cultural continuada. A professora J. respondeu:

> A gente vai às formações que oferecem para a gente, como a atual formação continuada Alfabetiza Pará, sobre Língua Portuguesa e Matemática. Eu já participei de várias formações; só que eu não lembro, mas, de todas as formações que oferecem, eu participo. (PROFESSORA J., 2025)

Portanto, é necessário repensar as formações ofertadas aos professores da rede pública de ensino, visto que, conforme Campos (2014), ainda há carências em relação à formação voltada ao ensino de história e cultura afro-brasileira, a qual é obrigatória por lei, juntamente com a política das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que visa à orientação e ao planejamento dessa modalidade de educação. Embora os professores tenham o compromisso de participar das formações oferecidas, também enfrentam a insuficiência na oferta de formação continuada voltada às relações étnico-raciais. A professora J. relata:

> Não tenho dificuldades, porque eu vivo dentro da comunidade, já conheço a realidade, já sei a cultura, mas acredito que outros professores, por serem de fora, precisam primeiro compreender todo o contexto para poder trabalhar, de modo a não irem contra a cultura. (PROFESSORA J., 2025)

Com base nisso, compreende-se que a diversidade cultural constitui uma riqueza da humanidade e que, para cumprir sua função humanista, a escola deve possibilitar aos alunos o contato com diferentes culturas além da sua própria, conforme defendem Gadotti et al. (2001, p. 119). Nesse sentido, a fala da professora entrevistada evidencia a necessidade de que tanto a escola quanto os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade cultural, promovendo o reconhecimento e a valorização das múltiplas culturas que compõem o país.

Essa reflexão destaca a imprescindibilidade do conhecimento da realidade local e da cultura comunitária como elementos facilitadores da prática docente em sala de aula, especialmente no trabalho com alunos de comunidades quilombolas. A docente também reconhece a relevância de incluir, no currículo escolar, componentes que abordem diretamente a valorização do quilombo e de sua história.

Conforme relata a professora J.: “Eu acho que deveria haver uma disciplina voltada especificamente para isso, porque o que a gente vê mais está dentro da história do Brasil.” (PROFESSORA J., 2025)

Nessa mesma perspectiva, Meneses (2019, p. 3) afirma que “o resultado desta operação é a transformação do projeto político europeu numa trajetória histórica supostamente universal”.

Desse modo, observa-se que essa predominância nas escolas ainda ocorre por meio de uma abordagem eurocêntrica, historicamente naturalizada no país.

Evidencia-se que o currículo escolar ainda privilegia a branquitude como referência de civilização, cultura e história, contribuindo para a invisibilização das lutas e conquistas dos povos e perpetuando um processo de silenciamento histórico. Diante disso, torna-se essencial promover formações curriculares específicas que valorizem esses processos, assegurando que não sejam diluídos, mas reconhecidos como estruturantes da prática educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas, compreende-se a formação cultural docente como elemento essencial ao fortalecimento da educação escolar quilombola, pois possibilita práticas pedagógicas voltadas à valorização da identidade, cultura e vivências dos educandos. Esse entendimento, decorrente da experiência no PIBID, evidenciou os desafios no trabalho com as relações étnico-raciais, sobretudo pela falta de preparo de muitos profissionais para lidar com a diversidade cultural e reconhecer a trajetória de resistência das comunidades quilombolas.

A pesquisa também revelou fragilidades relacionadas à ausência de um currículo que contemple efetivamente a diversidade étnico-racial. Constatou-se que o ensino de história e cultura afro-brasileira, embora garantido por lei, ainda não está plenamente consolidado na rede pública, reforçando a necessidade de uma formação docente orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pela LDB.

Conclui-se que a formação cultural docente exige maior atenção ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e às especificidades das comunidades quilombolas, reconhecendo seus saberes, práticas e identidade como bases para uma educação plural, inclusiva e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Elza Ferreira de et al. **Educação quilombola (EQ): a importância para a preservação da identidade cultural dos educandos**. *Revista Ouricuri*, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 3-17, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...] para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024–2034**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizescurriculares. Acesso em: 18 out. 2025.

GAIA, Ronan da Silva Parreira et al. **A nova política dos velhos tempos: reflexões sobre a construção de um projeto de nação**. *Áskesis*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 40-55, jan./jun. 2019. Disponível em: http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/389/pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: SECAD, 2005.

SILVA, Brígida Ticiane F. da. **Formação e prática de professores de uma escola quilombola no Amapá: por uma didática culturalmente pertinente**. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 23, n. 79, p. 1376-1390, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.079.AO01.

SOARES, Janaina dos Santos et al. **Desafios e perspectivas da educação escolar quilombola no Brasil**. *Revista Território e Cidadania*, Vitória, v. 1, n. 3, e3604, 2024.

SOUZA, J. S. A. et al. **Reflexões e práticas pedagógicas**. [S.l.]: Educação Transversal Edições, 2023.